

The State of School Education

Este relatório da OCDE apresenta o estado da educação nas escolas, um ano após o início da pandemia gerada pela COVID-19, concluindo que “em 2020, 1,5 mil milhões de alunos em 188 países/economias foram impedidos de estudar”. O relatório retrata a forma como os países têm vindo a responder à crise, considerando aspetos como o encerramento das escolas, a aprendizagem feita remotamente, a vacinação dos professores ou o regresso gradual ao ensino presencial.

A análise efetuada tem sobretudo em conta as oportunidades de aprendizagem consideradas perdidas e as estratégias para compensar esta situação. Uma primeira recolha de dados foi efetuada em março de 2020, em conjunto com a Universidade de Harvard. Uma segunda pesquisa, efetuada pela OCDE, em colaboração com a UNESCO, a UNICEF e o Banco Mundial, reflete a realidade a 1 de fevereiro de 2021. Os resultados desta última pesquisa demonstram que alguns países conseguiram manter as escolas abertas e seguras, mesmo nos períodos mais difíceis da pandemia. O distanciamento social e as práticas de higiene provaram ser as medidas mais amplamente utilizadas para prevenir a disseminação do Coronavírus, mas impuseram restrições significativas à capacidade das escolas e exigiram que os sistemas de educação fizessem escolhas difíceis. A vacinação dos professores também fez parte das estratégias nacionais, com 19 dos 30 sistemas de ensino com dados comparáveis a implementar medidas que priorizaram a vacinação dos professores. Os países com o pior desempenho em termos educativos em 2018, tendo em conta os resultados do PISA, tenderam a encerrar totalmente as escolas por períodos mais longos em 2020. Isso significa, na opinião de Andreas Schleicher, Diretor de Educação e Competências da OCDE e autor do editorial deste relatório, que a crise não apenas ampliou as desigualdades educacionais dentro dos países, mas provavelmente também irá ampliar o fosso de desempenho entre os países.

O relatório demonstra ainda que muitos países fizeram grandes esforços para mitigar o impacto da pandemia nos alunos, famílias e educadores, muitas vezes dando especial atenção aos grupos mais desfavorecidos. Esta opção teve sobretudo a ver com a convicção de que o contexto social de aprendizagem é mais importante para esses grupos, sendo as alternativas digitais menos eficazes para os mesmos. Mais de 60% dos países desenvolveram medidas específicas dirigidas a estudantes desfavorecidos, enquanto cerca de 40% direcionaram as medidas para imigrantes, refugiados, minorias étnicas ou grupos indígenas. Muitos países também implementaram novos canais que facilitassem a comunicação entre alunos, famílias, professores e escolas ou autoridades locais ou que proporcionassem educação a distância (por exemplo: plataformas digitais flexíveis e individualizadas, acordos com operadoras de comunicações móveis e empresas de Internet).

O relatório também revela que praticamente todos os países aumentaram as oportunidades de aprendizagem digital para alunos e professores e incentivaram novas formas de o professor

colaborar.

Ainda assim, o relatório refere que a crise atingiu muitos sistemas educativos, confrontados com limitações no acesso, na qualidade, na equidade e na utilização dos recursos digitais. Muitos foram também os países que alteram o calendário escolar, o conteúdo e o modo como os exames e as avaliações se realizaram.

Ao nível dos docentes, a transição para o ensino a distância e a subsequente reabertura das escolas tiveram um impacto profundo no seu trabalho. A crise exigiu que muitos adquirissem novas competências e preparassem materiais adequados para ambientes virtuais de aprendizagem. Em alguns casos, também acrescentou novas responsabilidades ao seu trabalho, como a coordenação de apoio e a elaboração de recursos para os alunos, uma maior interação com os pais, a organização de aulas de reforço ou a implementação de novos procedimentos administrativos, de saúde e de segurança nas escolas.